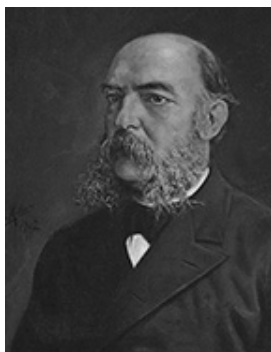


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Amador De Los Ríos Y Serrano, José (Baena, 1816 – Sevilha, 1878)

No dia 3 de janeiro do ano 1816, em Baena, foi batizado um filho de José María de los Ríos e a sua esposa, María del Carmen Serrano, com o nome de Manuel José de los Ríos Serrano. A criança tinha nascido no primeiro dia do ano, numa casa da rua La Tela da mesma localidade. Tendo sido a escolha do nome uma imposição da sua avó materna e madrinha, apenas um ano mais tarde o pai fez com que Manuel José passasse a ser José Amador; e, três décadas depois, o próprio JAR transformou o seu segundo nome em apelido. As duas mudanças de nomes e a verdadeira data de nascimento de JAR só foram descobertas recentemente. De facto, o primeiro centenário do autor foi comemorado no ano 1918, porque na altura pensava-se que tinha nascido o 30 de abril – ou 1 de maio – de 1818; e é bastante frequente encontrar nas suas biografias que quando morreu, no dia 17 de fevereiro de 1878, ainda não tinha sessenta anos. Uma outra característica da maior parte das biografias é destacar o desempenho de JAR como historiador, crítico literário e arqueólogo, áreas em que certamente foi uma autoridade e nas quais desenvolveu trabalhos que ainda hoje são referências obrigatórias. Parece, porém, que na sua juventude JAR teve também uma forte inclinação pelas artes, e especialmente pela pintura e pela escrita de teatro e poesia, que sempre manteve. Embora a sua singularidade intelectual seja inegável, tendo em conta o volume das suas publicações, a diversidade das matérias tratadas nos seus estudos e a lista de cargos que ocupou ao longo duma vida relativamente curta, esta pluralidade de interesses complementares ajuda a compreender, dalguma maneira, as dimensões da sua obra.

Os vinte primeiros anos de vida de JAR dividiram-se em três etapas: a primeira infância em Baena, o período 1827-1832 em Córdoba e a adolescência em Madrid. Se bem foram as tendências liberais do seu pai as que forçaram a saída da família de Baena, a sua profissão de escultor e a sua vinculação à corte do rei Fernando VII possibilitaram que JAR estudasse no prestigioso Colegio Imperial de San Isidro e na Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, que recebesse aulas do pintor José de Madrazo e que assistisse às lições de teatro de Alberto Lista no Ateneo. Nestes contextos germinaram as inquietações que marcariam a vida de JAR; i.e., as Artes, a Literatura e a História. A partir do ano 1837 residiu em Sevilha, onde pintou, escreveu poemas e peças de teatro, e fez traduções. Frequentou a Biblioteca Colombina, ingressou na Real Academia Sevillana de Buenas Letras e casou, em 1840, com María Juana Fernández

de Villalta. No ano 1843, assistiu ao cerco da cidade pelo general Antonio van Halen, que depois relatou num discurso encomendado pela Junta de Gobierno. A sua obra *Sevilla pintoresca* foi publicada no ano seguinte.

A proteção do Duque de Rivas e a colaboração com Antonio Gil de Zárate, ‘Director General de Instrucción Pública’ na altura, propiciaram o regresso de JAR a Madrid e o seu ingresso, em 1844, na função pública, dentro da qual desenvolveu importantes atividades em apoio do ensino e da proteção do património. Assim, contribuiu decisivamente para a implantação do plano de estudos de 1845 e, a partir do mesmo ano, foi secretário na ‘Comisión Central de Monumentos’. Paralelamente, em 1848, começou a sua carreira académica como docente, que se desenvolveu na Universidad Central de Madrid, onde foi Doutor em Literatura desde 1850, Diretor em 1857, Vice-reitor em 1867 e Reitor em 1868. Entre os seus alunos estiveram Marcelino Menéndez Pelayo, Antonio Cánovas del Castillo e Leopoldo Alas. Foi também em 1848 que JAR ingressou como membro na Real Academia de la Historia, onde editou a *Historia general y natural de las Indias, islas y tierra firme del mar Océano*, de Gonzalo Fernández de Oviedo, e as *Obras de Don Íñigo López de Mendoza, Marqués de Santillana*. Ao longo dos anos ingressou, sucessivamente, na Real Academia de San Fernando, na Academia de Buenas Letras de Barcelona, na Academia Greco-Latina Matritense, na Société des Antiquaires de Normandie, na Academia Real das Ciências – hoje Academia das Ciências de Lisboa – e na Sociedad Geográfica de Madrid.

JAR conseguiu desempenhar múltiplas tarefas administrativas, políticas, docentes e académicas em paralelo com um trabalho de investigação e escrita de extensão colossal, qualidade incontestável e enorme impacto. Aparentemente, ele próprio era consciente da sua extraordinária prolificidade e do alcance dos seus trabalhos. Nos *Estudios históricos, políticos y literarios sobre los judíos de España*, publicados em 1848 e traduzidos a várias línguas, manifestou a sua gratidão ao governo por ter sido nomeado cavaleiro da ordem hospitalária de San Juan de Jerusalén em reconhecimento por – o que ele descreveu como – os seus “pobres trabalhos literários”. Na mesma *Introdução* indicava, porém, com menos modéstia, que parte desses *Estudios* estavam a ser traduzidos para serem publicados em Constantinopla, “para ensinar aos judeus de aquelas costas a história dos seus pais”. Esta falta de recato é plenamente justificada: o volume, de mais de seiscentas páginas, tornou-se um pilar do estudo da cultura judaica na Península Ibérica – como provam as referências nos trabalhos de Oliveira Martins e Teófilo Braga, entre outros – e teve um grande impacto fora dela. Representa, aliás, a clara fronteira que JAR estabeleceu entre a religião e os seus trabalhos, e que o diferenciou de quase tudo o que, até essa altura, tradicionalmente se tinha escrito em Espanha. Ao mesmo tempo, esta característica da sua obra e do seu pensamento aproximava-o das correntes liberais e nacionalistas que se desenvolveram na Europa do período, com as quais se mantinha em contacto através de viagens e de intercâmbios epistolares com destacados intelectuais estrangeiros.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Como acontece com muitos dos seus coetâneos, o conjunto da obra de JAR não pode ser observado a partir de uma diferenciação entre temáticas, áreas de estudo – História, Literatura, História da Arte, etc. – ou cronologias; mas é evidente que grande parte dos seus trabalhos estiveram focados no período medieval, e muitos deles marcaram para sempre o medievalismo ibérico. A conferência proferida na Real Academia de la Historia no dia 18 de fevereiro de 1848, por exemplo, intitulada “La influencia de los árabes en las artes y literatura españolas”, foi o ponto de partida para que outros académicos, como Modesto Lafuente ou Evaristo San Miguel, sublinhassem a importância dos estudos árabes para a adequada compreensão da cultura medieval ibérica. Paralelamente, a publicação no mesmo ano dos citados *Estudios históricos, políticos y literarios sobre los judíos de España*, que em 1876 seriam ampliados na *Historia social, política y religiosa de los judíos de España y Portugal*, foi a base dos trabalhos prosseguidos por Fidel Fita, Antonio Domínguez Ortiz ou Américo Castro, entre muitos outros.

O empenho de JAR em defender essa ideia de uma identidade hispânica multicultural, formada na Idade Média a partir dos contributos de árabes, judeus e cristãos, e diferenciada de outras culturas europeias, fez do autor a principal referência intelectual para os historiadores que se inseriam nas correntes nacionalistas e liberais. Nessa ‘nova história’ o passado era reconstruído para sustentar uma identidade coletiva sem episódios traumáticos, e também sem a caracterização das ‘raças’ e a ‘nação’ próprias da ideologia que tinha sustentado a Inquisição, ainda muito presentes na historiografia tradicionalista. Para JAR a ‘raça’ relacionava-se com a religião, mas a ‘nação’ era uma entidade política da qual os judeus também fizeram parte na Idade Média. O difícil convívio das três culturas nos anos finais do século XV e a necessidade de identificar a nação com a religião teriam forçado a rainha Isabel I a expulsar aos não cristãos, e a estabelecer um sistema que permitisse identificar aos falsos conversos. JAR justificava assim o elemento confessional da monarquia, de grande peso ainda no reinado de Isabel II; mas criticava as práticas inquisitoriais – das quais os reis eram exculpados – e lamentava as consequências económicas que a expulsão teve na Península.

Quando é observada desde o presente, a obra de JAR revela-se como uma das principais bases da historiografia positivista espanhola, e de toda a produção que veio acompanhá-la – grandes coleções documentais, estudos arqueológicos, edições de crónicas – com o objetivo de centralizar e organizar o legado cultural. O ‘tipo’ intelectual em que JAR se enquadrava, com amplos conhecimentos diversificados e sólidos estudos como bibliófilo, antiquário, arqueólogo, paleógrafo, epigrafista e numismático, ligados a funções públicas relacionadas com atividades docentes e patrimoniais, potenciava essa ideia de integração que, para além de incluir e unificar diferentes elementos do passado, seria o substrato de novas terminologias e conceitualizações. Neste sentido, no ano de 1859, no seu discurso de ingresso na Real Academia de San Fernando, JAR definiu um conceito que tem condicionado os estudos sobre a arquitetura medieval hispânica até ao presente: o ‘estilo mudéjar’. O termo deriva do árabe *murayyann* – doméstico ou domesticado – e, tradicionalmente, designa os muçulmanos que continuaram a viver em territórios cristãos

da Península Ibérica depois dessas áreas terem sido ‘reconquistadas’. A arquitetura mudéjar seria caracteristicamente ibérica, hispânica ou espanhola; i.e., única e diferente das outras pelo facto de combinar elementos próprios do mundo cristão e do al-Ândalus. As construções, geralmente de pequeno tamanho, caracterizavam-se fundamentalmente pelos materiais: gesso, adobe e tijolo nas paredes, e madeira no teto. Também por terem decorações características do al-Ândalus, o que levou a considerar que tinham sido feitas por muçulmanos que viviam em territórios sob o poder cristão. Para além destas características, nenhum elemento construtivo as diferenciava, e isto fez com que muitos especialistas questionassem a denominação. O termo, porém, teve um enorme sucesso, e continua a ser utilizado não só para fazer referência a obras arquitetónicas, mas também para outras manifestações artísticas e culturais.

Nesse mesmo ano, 1859, era vendida em França uma parte do ‘tesouro de Guarrazar’, um conjunto de joias visigóticas descobertas em Toledo, depois de terem sido escavadas clandestinamente algumas sepulturas da época. Entre elas estava uma coroa votiva de ouro com granadas, safiras, almandinas, esmeraldas e pérolas, com umas letras penduradas nas quais se lia RECCESVINTHVS REX OFFERET, o que permitia datar o tesouro no período do reinado de Recesvinto (653-672). A publicidade que teve em França a compra, destinada a enriquecer a coleção do museu parisiense de Cluny, forçou o governo espanhol a intervir. JAR foi um dos dois membros da comissão enviada ao lugar onde tinham aparecido as jóias, com o objetivo de averiguar os pormenores da descoberta e assim reunir argumentos para tentar recuperar as peças que tinham saído do país. No informe apresentado por JAR à Real Academia de la Historia, e depois enviado ao embaixador de Espanha em França, defendia-se a pertença das peças ao estado espanhol com base em duas leis. A primeira, promulgada pelo próprio Recesvinto e confirmada no VIII Concílio de Toledo, no ano 653, estabelecia que todos os bens dos monarcas adquiridos ao longo dos seus reinados deviam ser herdados pelos seus sucessores. A segunda, de 1835, mas com base numa das leis das *Partidas* de Alfonso X, dispunha que metade dos tesouros encontrados em terras estatais pertencia ao Estado, e que se a descoberta de um tesouro não era notificada o descobridor perdia o direito a vendê-lo. Paralelamente, nas novas escavações, comandadas por JAR, a possibilidade de encontrar novas peças ficou num segundo plano e privilegiou-se a ideia de contextualizar as descobertas. História, Arqueologia, História do Direito e História da Arte confluíram assim num projeto de enorme relevância para o estudo da Alta Idade Média na Península Ibérica.

Os sete volumes da *Historia crítica de la literatura española* são também, ainda hoje, uma base para os investigadores. Entregues e lidos pessoalmente, consoante iam sendo escritos, à rainha Isabel II, configuraram um novo cânone que abrangia o conjunto das línguas faladas na Península Ibérica ao longo dos séculos. É de salientar, porém, o marcado castelhano-centrismo que exprimem esta e outras obras de JAR. No sexto volume da *Historia crítica*, por exemplo, o autor afirmava: “Portugal, comarca ganha aos mouros pelas armas de Castela e povoada com colónias galegas, reino devido à generosidade – um bocado indiscreta – de Alfonso VI, não podia em modo nenhum renegar da sua origem nem romper num só



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

dia o fio das suas mais vitais tradições” (*Historia crítica...*, Vol, 6, p. 23); e, embora na mesma obra sublinhasse a contraposição entre o afastamento político dos territórios e a existência centenária de um vínculo cultural – “Se a batalha de Aljubarrota abriu entre ambos os povos o cimento dessa inimizade nacional que ainda se vive, pela má inteligência de uma política desacertada, não foi suficiente para apagar totalmente as afeições nascidas antigamente entre os eruditos” (*Historia crítica...*, Vol, 6, p. 24) –, na recensão ao estudo *Os Músicos Portuguezes*, de Joaquim de Vasconcelos, criticava-se a perspetiva do autor precisamente por considerar que estava condicionada pela sua ideologia, a diferença do que acontecia com outros investigadores portugueses: “Teria sido fácil e natural para o Sr. Vasconcelos chegar por este caminho às verdadeiras origens da nação portuguesa, e não teria sido indigno de um filósofo confessar, como o faz o seu compatriota Herculano, as imensas dívidas que aquela porção de Espanha tem com a Espanha central, da qual apenas uma política desacertada pôde uma e outra vez desasi-la” (“Os musicos portuguezes”, p. 399).

Dois argumentos justificam parcialmente este claro posicionamento centralista e iberista de JAR. Por um lado, do seu ponto de vista, os autores que orientavam os seus estudos no sentido de localizar as origens das manifestações culturais em entidades geopolíticas perdiam, frequentemente, a oportunidade de identificar corretamente as raízes das obras que estudavam. Assim, JAR rebateu as afirmações de Almeida Garrett, que no seu *Romanceiro* considerava *Rainha e Cativa* um romance português – “Nem os romances castelhanos nem escritor algum faz menção do belo romance da Rainha e cativa. [...] Pelas referências a Galiza, a senhorio de moiros ainda perto e à ‘Terra de Santa Maria’, que, como todos sabem, é o distrito de Entre-Douro-e-Vouga que hoje se chama ‘Terra da Feira’, vê-se que a história e epopeia, ambas são dos primeiros tempos da monarquia. E a circunstância de ‘salto’ por mar e ‘correria’ por terra lhe dá uma forte cor do século XII” – com argumentos que demonstravam que se tinha transmitido no norte da Península. Por outro lado, para JAR não tinha sido a aparição de fronteiras, mas a evolução das artes, da literatura e das ideias, a que tinha marcado o ritmo do progresso ibérico e definido a sua idiossincrasia. Estes princípios foram refletidos na recensão da obra de Teófilo Braga, *História da Litteratura Portuguesa*: “Obedecendo espontaneamente às leis superiores que impulsionam nos nossos dias o desenvolvimento da civilização, quer em Portugal quer em Espanha, os estudos históricos têm recebido um extraordinário impulso; e, até seria melhor dizer, uma nova vida. A história da grande nacionalidade ibérica, que em má hora quebraram uma e outra vez interesses pessoais e lamentáveis erros, tem sido cultivada num conceito transcendental e com objetivos altamente filosóficos; e não só o seu variado e difícil desenvolvimento social e político – no centro do qual tem-se contemplado a dupla cultura oriental, nunca antes tida em conta, de árabes e hebreus –, mas também o seu desenvolvimento intelectual no relativo às ciências, às artes e às letras, tem sido objeto de pacientíssimos e luminosos estudos. Para fazer parte deste nobre e consolador concerto, que alivia no homem pensador e amante do humano progresso as dores da idade presente, parece chegar com a sua *História da Litteratura Portuguesa* o diligente escritor do reino vizinho, D.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Theophilo Braga” (“La crítica literaria en Portugal”, p. 159). As investigações desenvolvidas por JAR e os termos por ele acunhados aplicavam-se, desta maneira, ao conjunto da Península Ibérica. A influência destas ideias na Geração de 70 foi grande, como se comprova na leitura dos trabalhos de Antero de Quental e Oliveira Martins.

O centralismo de JAR sublinhou-se ainda mais nos quatro volumes da *Historia de la villa y corte de Madrid*, escritos em colaboração com Juan de Dios de la Rada y Delgado, que partiam da premissa de que o seu objetivo era narrar a ascensão “até ao cimo da prosperidade, despojando da sua tradicional influência a outras cidades de mais claro nascimento, às quais desde tempos imemoriais coroavam os louvores das armas, das letras e das ciências, para levantar-se ao fim com o império absoluto de todas e constituir-se coração e cabeça de uma grande nação, temida e respeitada pelas gentes”. Este e outros textos tornaram-se, assim, um reflexo das ideias políticas de JAR, que foram expostas simultaneamente nos seus escritos e no seu desempenho público. Monárquico e filiado na Unión Liberal, foi Censor de Teatros e, em 1863, deputado nas Cortes. Quando se deu a revolução de 1868, conhecida como La Gloriosa, que forçou ao exílio da rainha Isabel II, JAR foi afastado da universidade e demitido como diretor do Museu Arqueológico Nacional, cargo para o qual tinha sido nomeado nesse mesmo ano. Nos anos seguintes recuperou a maior parte das funções que exercera nos diferentes organismos estatais e a cátedra na universidade; mas, a partir de 1876, por problemas de saúde provavelmente acentuados pela morte de dois dos seus filhos, passou a residir em Andaluzia. Morreu em Sevilha, em fevereiro de 1878.

Bibliografia activa: *Sevilla pintoresca, o descripción de sus más célebres monumentos*, Sevilla, Francisco Álvarez, 1844; *Toledo pintoresca, o descripción de sus más célebres monumentos*, Madrid, Imprenta de Ignacio Boix, 1845; *Estudios históricos, políticos y literarios sobre los judíos de España*, Madrid, Imprenta de M. Díaz, 1848 (reed. Pamplona, Ugoiti Editores, 2013, com estudo de Nitai Shinan); *El estilo mudéjar en arquitectura* (discurso de ingreso en la Real Academia de Bellas Artes), Madrid, 1859; (com Juan de Dios de la Rada y Delgado) *Historia de la Villa y Corte de Madrid*, Madrid, J. Gil Dorregaray, 1860-1864, 4 vols.; *El arte latino-bizantino en España y las coronas visigodas de Guarrazar: Ensayo histórico-crítico*, Madrid, Imprenta Nacional, 1861; “Poesía popular de España. Romances tradicionales de Asturias”, en *Revista Ibérica*. Madrid, nº 1, 1861, pp. 5-29; *Historia crítica de la literatura española*, Madrid, Imprenta de José Rodríguez, 1861-1865, 7 vols.; “La crítica literaria en Portugal”. *Revista de España*. Madrid, nº 27, 1872, pp. 157-178; “Os musicos portugueses”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid, nº 2, 1883, pp. 395-405.

Bibliografia passiva: FRIEDMAN, Michal, “Jewish History as ‘Historia Patria’: José Amador de los Ríos and the History of the Jews of Spain”. *Jewish Social Studies: History, Culture, Society*, nº 18. 1, 2011, pp. 88–126; LÓPEZ VELA, Roberto, “Judíos, fanatismo y decadencia. Amador de los Ríos y la interpretación de

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

la Historia Nacional en 1848". *Manuscripts*, nº 17, 1999, pp. 69-95; PEIRÓ MARTÍN, I. e PASAMAR ALZURIA, G. "Ríos y Serrano, José Amador de los", *Diccionario Akal de historiadores españoles contemporáneos*. Madrid, Akal, 2002, pp. 526-527; PEREA, Alicia (ed.), *El tesoro visigodo de Guarrazar*. Madrid, CSIC, 2001; RAMÍREZ JEREZ, Pablo, "Amador de los Ríos y Serrano, José", *Diccionario Biográfico Español*, Vol. IV, Madrid: Real Academia de la Historia, 2010. Disponível em: <http://www.rah.es/jose-amador-los-rios-serrano/> [Consult. 29 de novembro de 2017]; SERRANO REYES, Jesús Luis, "Baena: patrimonio humano y documental. II. Hacia una biografía de José Amador de los Ríos: su aportación al mudejarismo". *Revista Itvci*, Baena, nº 2, 2012, pp. 89-103; SERRANO REYES, Jesús Luis, "Sobre fechas y nombres: aportaciones para la biografía de José Amador de los Ríos". *Revista Itvci*, Baena, nº 4, 2014, pp. 121-136; SERRANO REYES, Jesús Luis, "Los documentos sobre judíos en la biblioteca personal de José Amador de los Ríos". *Revista Itvci*, Baena, nº 5, 2015, pp. 112-126; SHINAN, Nitai, "Entre antiguos prejuicios y nuevas consideraciones sobre D. José Amador de los Ríos y la historia de los judíos en la España medieval". *Revista Itvci*, Baena, nº 2, 2012, pp. 137-148; SHINAN, Nitai, "Narrating the history of the others. José Amador de los Ríos and the History of the Jews and the Muslims in Spain (1848-1874)". *Hamsa. Journal of Judaic and Islamic Studies*, nº 1, 2014, pp. 68-80.